

**Exmo. Senhor**

**Presidente da Comissão de Ambiente,  
Energia e Ordenamento do Território,**

**Deputado José Maria Cardoso**

**Assembleia da República, 6 de julho de 2021**

**Assunto:** *Audição do ministro do Ambiente e da Ação Climática a propósito de danos ambientais provocados pela instalação de culturas intensivas de regadio em zonas do Parque Natural da Ria Formosa e da Reserva Ecológica Nacional.*

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda teve conhecimento de danos ambientais provocados em várias zonas do Parque Natural da Ria Formosa e da Reserva Ecológica Nacional (REN), no Algarve, fruto da conversão de pomares de sequeiro em culturas intensivas de regadio.

Em visita às duas áreas do Sotavento Algarvio onde ocorreram os danos ambientais – Cabanas de Tavira e Manta Rota –, elementos do Bloco de Esquerda puderam constatar a dimensão das alegadas irregularidades nos dois terrenos.

Em Manta Rota, na freguesia de Vila Nova de Cacela, em Vila Real de Santo António, a empresa Frusoal pretende instalar mais de 15 hectares de citrinos de regadio onde antes existia um pomar de sequeiro de alfarrobeiras, abrangendo o Parque Natural da Ria Formosa.

Segundo denúncias do movimento “Tavira em Transição”, os trabalhos da empresa levaram à destruição de espécies arbóreas e arbustivas autóctones, movimentação de

terras, remoção do revestimento vegetal, destruição dunar e alteração do perfil de um terreno parcialmente inserido em área de proteção parcial do tipo I do Parque Natural da Ria Formosa e em zona da REN.

De acordo com órgãos de comunicação social, parte dos trabalhos da empresa foram embargados pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), em abril passado, fruto da infração ambiental na parcela do terreno fora da zona agrícola. Apesar do embargo, os trabalhos da Frusol alegadamente prosseguem no local.

O Plano de Ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa determina que as áreas de proteção parcial de tipo I *“compreendem os espaços que contêm valores naturais e paisagísticos relevantes ou excepcionais, apresentando uma sensibilidade ecológica moderada”* e que nessas áreas *“são permitidas utilizações compatíveis com a preservação dos recursos naturais, nomeadamente a exploração dos recursos pesqueiros e a animação ambiental”*. A agricultura de regadio não está, portanto, entre as atividades permitidas.

Na Caiana, em Cabanas de Tavira, o Bloco de Esquerda também constatou a existência de trabalhos em cima da duna primária com alteração do perfil do terreno, destruição do coberto vegetal e de árvores centenárias, assim como movimentações de terras em larga escala com a criação de taludes e valas em pleno Parque Natural da Ria Formosa e zona da REN. O Bloco de Esquerda apurou que o empresário que gere o terreno é reincidente neste tipo de práticas, sendo completamente inaceitável a inoperância das entidades competentes.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda exige que sejam apuradas todas as responsabilidades e que se atue nos termos da lei. A confirmarem-se os danos ambientais provocados naquelas áreas sensíveis do Parque Natural da Ria Formosa e da REN, os infratores devem ser obrigados a repor as condições naturais existentes antes da intervenção. É inaceitável que a biodiversidade e os recursos naturais das áreas sensíveis do nosso território continuem a ser atacados pela expansão agrícola desregrada.

No sentido de esta Comissão e a Assembleia da República conhecerem a magnitude dos danos provocados em zonas do Parque Natural da Ria Formosa e da REN, e saberem se o Governo tomará diligências para repor as condições naturais prévias à intervenção, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem, por este meio, **requerer a audição do ministro do Ambiente e da Ação Climática.**

**Os deputados e as deputadas,**

João Vasconcelos,

Nelson Peralta,

Maria Manuel Rola,

Ricardo Vicente,

Fabíola Cardoso